

Um projeto em disputa: os integralistas na imprensa durante o Estado Novo

Gustavo Felipe Miranda¹

Resumo: O que objetivo nessa comunicação é pensar a intervenção dos integralistas tomando como foco os jornais que circulavam durante o Estado Novo. Supondo o espaço público como um lugar de disputa de projetos, pretendo expor como os camisas-verdes, proibida a Ação Integralista Brasileira, se articularam na imprensa do Rio de Janeiro durante o Estado Novo.

Palavras chave: Imprensa – Integralismo – Estado Novo

Abstract: *What objective in this communication it is to think the intervention of the integralistas taking as focus the periodicals that circulated during the Estado Novo. Assuming the public space as a place of projects dispute, intend to display as the integralistas, closed Ação Integralista Brasileira, had articulated in the press of Rio de Janeiro during the Estado Novo.*

Keywords: *Integralismo - New State - nationalism*

A posição dos antigos elementos pertencentes ao partido integralista, no panorama atual da política nacional, constitui um dos assuntos mais importantes, dos que preocupam os brasileiros em geral. É, na verdade de grande relevância, conhecer-se o pensamento daqueles que ontem, levados por sincero desejo de lutar pela causa social foram colhidos nas malhas da retórica integralista, assumindo diante da vida e da morte, um compromisso de fidelidade a um homem e a um credo, de natureza totalitária. (O Imparcial, 14\11\1942)

A matéria do jornal baiano “O Imparcial” de 14 de novembro de 1942 apresentava um título bastante sugestivo: “Porque deixei de ser integralista”. Direccionava-se ao ex-dirigente integralista professor Isáias Alves, que buscava dentro do espaço concedido esclarecer as razões que teriam o influenciado na decisão de abandonar a doutrina. Wilson Lins, jornalista responsável introduz que o professor Alves se alocava entre os brasileiros que foram “enganados pela fraseologia dos comentadores e divulgadores da ideologia desposada pelo sigma”. Que na essência ele como os demais “eram brasileiros de bem” que intencionavam lutar contra a anarquia política que reinava no país, “brasileiros que julgando o integralismo um partido creado para defender o sentimento nacionalista do nosso povo, vestiram a camisa verde do sigma”. No entanto, compromissado com a nação como era e “animado pelo espírito de bem servir a causa comum da democracia”, Isáias Alves ainda cumpria um importante papel patriótico no entender do jornalista: “explicar as razões que o levaram

¹ Mestrando em História (UERJ), Bolsista CAPES.

a romper com o sigma”, prestando assim, muitos serviços “*a causa anti-fascista (...)*. Auxiliando, portanto, a esclarecer “*os espíritos que ainda se encontram iludidos pela sereia verde da salvação nacional pelo romancista do Estrangeiro*”. (O Imparcial, 14\11\1942)

O jornalista escreve em meio ao Estado Novo, período em que a democracia muito pouco tem haver com o seu sentido mais amplo que fundamentalmente comporta liberdade de organização na esfera pública. De fato, uma questão aparentemente simples como - de que democracia Wilson Lins está se referindo na matéria? - nos conduz a uma inevitável caracterização do período inaugurado em 1937, que procurarei fazer de forma mais breve possível.

Sobre o Estado Novo o que se pode afirmar é que suas raízes doutrinárias remetem a década anterior, período de amadurecimento intelectual de seus principais dirigentes e pensadores. Dentre os intelectuais do período destaca-se Oliveira Vianna. Suas obras traçaram algumas das bases do podemos configurar como pensamento autoritário brasileiro. “*A proposta de Vianna, partia de duas premissas: a impossibilidade de recriação, no país e a curto prazo*” do liberalismo no Brasil e a “*total indesejabilidade em alcançá-lo em uma transição para a modernidade*”. No seu estudo intitulado Populações Meridionais do Brasil, após traçar pormenorizadamente os fatores do atraso brasileiro “*investiu em comentários sobre a maneira de enfrentá-lo*”, que sintetizou na “*defesa de um Estado forte e centralizado e com autoridade incontestável sobre o país*”. (GOMES, 2007: 88-90)

O engajamento intelectual de Oliveira Vianna na formulação de pressupostos autoritários ganhou eco entre os dirigentes do Estado que se configurou no pós-30, serão eles os responsáveis pela aplicação dessas idéias autoritárias. Ângela de Castro Gomes aponta, inclusive, para uma reconfiguração do significado de democracia imprimida por Francisco Campos, ilustre componente dessa matriz intelectual. Este passava a visualizar a possibilidade de coexistência de um Estado “forte” e democrático, neste a democracia não mais seria definida a partir dos parâmetros políticos, “*mas sim como social e nacional*”. (GOMES, 2007: 92) Neste quadro, o nacionalismo apareceria como argumento síntese, acumulando a responsabilidade de fornecer o pacto necessário para implementação do projeto autoritário. A liberdade de imprensa, liberdade para livre

organização partidária e liberdade de opinião são eixos democráticos chaves, cuja realidade do Estado Novo se antagonizava. A ação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social, do Departamento de Imprensa e Propaganda e do Tribunal de Segurança Nacional, só pra ficar nos mais significativos, atestam essa afirmação. Sem maiores ressalvas, de fato o Estado Novo se constituía numa ditadura.

A Ação Integralista Brasileira, como o getulismo, materializava as inspirações intelectuais autoritárias. Seu fundador Plínio Salgado, bem como outras de suas lideranças produzirão uma extensa bibliografia farta de soluções distantes da prática liberal, até então em voga. A implementação do corporativismo será um ponto chave do ideário integralista. Sua forma de atuação, propostas e organização os identificarão, não com poucas razões, aos fascismos europeus. Nesse sentido, por consequência, serão canalizados para Ação Integralista Brasileira os esforços da luta *anti-fascista* no Brasil. Que terá dois momentos bem definidos: o primeiro com a articulação de diversas forças políticas na Aliança Nacional Libertadora em 1935 e o segundo, inaugurado na conjuntura de entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. É desse segundo momento que a reportagem trata.

Contextualizada a matéria, analisarei mais detidamente a imprensa no Estado Novo, pois interessa pensar nesse texto a articulação dos diversos setores do movimento integralista nessa imprensa do período. O Departamento de Imprensa e Propaganda era o órgão responsável pela divulgação da ideologia do regime para amplos setores da sociedade. Além disso, combatia toda forma de crítica ao governo estabelecendo uma ampla e minuciosa censura aos meios de comunicação do período. Os pressupostos de ação do DIP estavam definidos na constituição de 1937, *“a carta instituiu a censura prévia não só para a imprensa, mas para o teatro, o cinema e o rádio, prevendo a intervenção de autoridade competente para proibir (...) o material censurado”*. (GOULART, 1990: 47) Com o argumento de estar investida da função pública, abria-se caminho para os desmandos do regime que poderia até inserir comunicados nos jornais quando assim entendesse. Dessa forma, modificava-se significativamente a função da imprensa proposta na carta de 1891 – *“segundo a qual era livre em qualquer assunto a manifestação do pensamento pela imprensa e pela tribuna”*. (GOULART, 1990: 98) A partir do dispositivo constitucional (função pública) o governo passou a intervir

diretamente na produção e difusão de programas radiofônicos e “*nos jornais*” que passaram a ser “*utilizados para a reprodução escrita dos discursos, difusão de notícias oficiais, descrição e enaltecimento das inaugurações, realizações e comemorações*”. Estes “*chegaram a ter mais de 60% de suas matérias fornecidas pela Agência Nacional*”. (GARCIA, 1982: 105) Desse modo, “*a imprensa passou a funcionar como importante sustentáculo do Estado no seu esforço de auto-justificação e legitimidade*”. (GOULART, 1990: 49)

Era o Departamento de Imprensa e Propaganda que centralizava o esforço do regime na implementação de seu projeto autoritário. Sua tarefa de construir certa legitimidade ao Estado Novo, sem dúvida, teve expressivos resultados:

Censura e propaganda estavam intimamente ligadas, no período, já que as atividades de controle, ao mesmo tempo que impediam a divulgação de certos assuntos, impunham a difusão de outros, na forma adequada aos interesses defendidos pelo Estado. (...) A censura se reproduzia automaticamente através da autocensura. O rigor das penalidades determinava que os responsáveis pelos meios de comunicação evitassem a divulgação de qualquer notícia ou artigo que desagradasse o regime. (GARCIA, 1982: 110)

As considerações sobre a ação combinada de censura e propaganda do DIP são fundamentais para se entender o ambiente no qual foi veiculada a matéria sobre o “*ex-integralista*”, entretanto essa atuação não deve ser sobrevalorizada. Seu aparato persuasivo, por mais competente que fosse, não atingiu a todos e, como afirma Nelson J. Garcia líderes oposicionistas liberais, comunistas e integralistas, com influência nos seus agrupamentos políticos, ainda criavam obstáculos a ação do regime denunciando a sociedade sua face autoritária. “*Para afastá-los, neutralizando sua influência, o governo empregou a cooptação e a repressão*”. (GARCIA, 1982: 116) A matéria produzida por Wilson Lins subsidia uma análise da ação de cooptação\convencimento do getulismo em relação aos integralistas e conseqüentemente nos insere nas estratégias de setores do movimento integralista na defesa de suas posições na desfavorável conjuntura do Estado Novo. No entanto, pensar a intervenção dos integralistas através da imprensa do Estado Novo implica levar em consideração a importância da sua inserção na sociedade como criadora de “*um campo de comunicação que dá visibilidade a determinadas experiências, memórias e histórias, transformando certos assuntos e personagens em notoriedade e definindo o enfoque e a duração das*

notícias”, principalmente quando lidamos com jornais e revistas. Ou seja, como indica Laura Antunes Maciel “*é preciso indagar sobre o modo como os jornais constituem formas de olhar e narrar o acontecido e de fixar uma versão entre outras possíveis*”. (MACIEL, 2004: 26)

Mesmo com a redução dos canais de comunicação o cenário ditatorial não excluiu o confronto de projetos de poder na cena pública do período. A matéria sobre o abandono da doutrina por parte de alguns proeminentes integralistas interessava diretamente as agências governamentais da capital, onde se concentrava uma significativa gama de integralistas descontentes com o governo. Essa divulgação coube ao jornal “A Noite”, que ofereceu espaço para um resumo da entrevista. (A Noite, 17\11\1942) Antes de expor os objetivos do regime em relação aos integralistas é necessário considerar a situação do movimento nos anos posteriores a deflagração do golpe.

Ainda em 1937, os integralistas tiveram seu partido fechado por ordem de um decreto governamental em 2 de dezembro. Esse contexto de sucessivas derrotas acabou por dividir o movimento em pelo menos duas correntes: os que entendiam que o caminho viável seria a negociação com o getulismo e os militantes que optavam pelo confronto. São esses últimos que irão se envolver na tentativa frustrada de golpe em maio de 1938, transformando-se em alvos preferenciais da repressão nos meses posteriores. O arrefecimento da repressão proporcionou o surgimento no Rio de Janeiro de algumas organizações fundadas, dirigidas e freqüentadas majoritariamente por integralistas, situação acompanhada de perto pela polícia política : “*A Cruzada Juvenil da Boa Imprensa é, pois, a mais alta expressão política do integralismo, aqui no Rio*”. (Relatório de 28\12\1940 Fundo: Polícia Política, APERJ). Ou seja, enquanto uns estavam detidos, outros militantes se organizavam com certa complacência da polícia, o que indica uma abordagem seletiva do governo em relação aos integralistas. A apreensão dessa conjuntura nos fez procurar observar com maior atenção a forma de como se procedia a variada ação do governo.

Os periódicos que circulavam pela capital exprimem satisfatoriamente uma face dos objetivos do regime no que concerne ao integralismo. Observemos o artigo de Ramiro Cruz no jornal “O Fluminense”, intitulado “Unificação”:

Desde que o Brasil, por força das circunstâncias, foi arrastado a guerra, que já mais desejou, os brasileiros que iludidos ou conscientes, professaram ideologia contrária a nossa formação democrática, tinham e tem por dever abjurar o credo nefasto e desagregador, formando sincera e patrioticamente ao lado daqueles que defendem o Brasil e lutam contra o fascismo sanguinário e destruidor. (O Fluminense, 17\11\1942)

É apreensível no artigo a tentativa do autor de “narrar uma versão do acontecido”, de reconstruir a história da Ação Integralista Brasileira como um engano de homens bem intencionados “outr’ ora entregues ao trabalho desagregador da família brasileira”. Mas que apesar dos erros do passado continuavam sendo bem recebidos “por todos aqueles que não alimentam ódios, nem questiúnculas”, pois são “irmãos que declaradamente se confessam arrependidos”. (O Fluminense, 17\11\1942) Buscar convencer determinados setores da militância e simpatizantes integralistas a aderirem ao Estado Novo era uma das tarefas do getulismo naquela conjuntura. É nesse sentido que o autor do artigo investe. Senão como se explicaria a não repressão a entidades freqüentadas por integralistas?

No entanto, o avanço do regime sobre os integralistas não ocorreu sem contestações. Parte de seus dirigentes alocados em organizações dos mais variados tipos não aceitaram passivamente a desarticulação do movimento no Rio de Janeiro. A fundação de organizações culturais, clubes e socorros mútuos, que congregassem integralistas estavam nos planos desses dirigentes. A defesa da doutrina nesse momento se coadunava com a luta pela não assimilação ao getulismo. Entre eles havia uma certeza: o integralismo era um movimento ainda vivo cujo corpo de idéias diferenciava-se do Estado Novo.

Naturalmente seria outra pesquisa se nos dedicássemos a avaliar diferenças e aproximações entre o pensamento integralista e o do Estado Novo. Para os objetivos desse trabalho vale dizer que foi a partir da convicção de que havia diferenças fundamentais entre os dois projetos que os dirigentes de organizações como a Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, do Appolo Sport Club, da Associação Feminina de Encarcerados atuaram. De forma bastante breve apresentarei essa atuação integralista na imprensa do período.

A Romaria Cívica de domingo junto ao Mausoléu de Alberto Santos Dumont

A Cruzada Juvenil da Boa Imprensa em cumprimento ao seu programa cívico, iniciou no dia 23 do corrente, a “Semana Santos Dumont”, data da morte do genial patricio. (...) Para esta solenidade conta a CJBI com o apoio de todos os brasileiros que queiram publicamente testemunhar seu culto imorredouro pelos grandes heróis nacionais. (...) Para essa solenidade foram especialmente convidadas todas as autoridades civis e militares, bem como estabelecimentos e associações educativas e toda a imprensa da capital. (Meio-dia, 25\07\1941)

O fragmento acima trata de um evento com repercussão na imprensa organizado por integralistas. Como venho afirmando, era do conhecimento da Delegacia Especial de Segurança Política e Social que setores do movimento integralista do Rio de Janeiro estavam se articulando em organizações de caráter “puramente” nacionalista. Não é por acaso que o recorte de jornal em questão compõe um dossiê específico sobre a Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, entidade organizadora do evento. Entretanto, a notícia também expõe a maneira como os integralistas se articulavam na defesa de seu projeto de poder, nesse momento reduzido a reorganização do movimento. Se atentarmos para o conteúdo do evento perceberemos que o nacionalismo cumpre um papel central, representado pelo culto a heróis nacionais. A “Semana Santos Dumont” era o primeiro grande evento de uma entidade que desde sua fundação, outubro de 1940, trabalhava na reorganização dos integralistas da capital. O aspecto relevante desse tipo de intervenção é a tentativa de apresentar o integralismo na cena pública acima de tudo como um movimento “nacionalista romântico”², sem pretensão imediata de poder. (GUBERNAU, 1997: 65) O mês seguinte, agosto, dedicado exclusivamente a Duque de Caxias, teria os mesmos objetivos. Outras entidades como o Appolo Sport Club teriam outras funções. Trabalhavam para restabelecer um rede mínima de sociabilidade entre integralistas, promovendo confraternizações, eventos esportivos e outros. Contudo, será a imprensa – aqui também incluo programas radiofônicos dirigidos por camisas-verdes - o principal canal de comunicação desses integralistas com a base social do movimento. Também será através dela que as entidades integralistas, a partir de um discurso nacionalista, legitimarão sua licença de funcionamento, constantemente contestada. De fato, se observarmos o conteúdo da notícia sobre o evento que homenageia Santos Dumont seus argumentos parecem consideráveis : como proibir

² Reflete a unicidade de uma nação, uma língua é encarada como a forma de expressão de um modo particular de ver a vida e o mundo. E, ao lado de um interesse pela língua emerge um interesse específico pela história – o passado glorioso, mitos de origem, costumes, estilos de vida e idéias de um povo específico.

uma entidade dedicada “exclusivamente” a propagar o nacionalismo, se o próprio regime, através do DIP, atuava nesse sentido? O seu fechamento em setembro de 1941, dias depois do Mês dedicado a Caxias, caberia uma explicação mais detalhada. Por ora deixo consignado a utilização do nacionalismo como estratégia dos militantes na defesa do projeto integralista de sociedade.

Por todo o Estado Novo o integralismo esteve proibido, no entanto o que aparentemente foi definido como combate a subversão, em verdade se mostrou muito mais complexo. Dentro dos seus objetivos políticos imediatos o regime produziu diferenciadas formas de ação, especificamente direcionadas para cada um dos setores do movimento. Enquanto reprimia a ala opositora nos presídios e negociava com organizações integralistas, concomitantemente lançava uma ampla campanha de adesão ao Estado Novo voltada para os integralistas, na versão do regime, “ludibriados” e “arrepentidos”. O que procurei demonstrar foi que em relação a esses últimos, a imprensa, nessa conjuntura regulada, cumprira um papel central na divulgação de um discurso apaziguador, que demonstrava toda a disposição do regime em contar com o apoio dos ex-integralistas na causa “patriótica”. E que através da mesma imprensa, setores integralistas também desenvolveram uma gama de contra-argumentos. Estes buscaram mobilizar uma memória integralista que se referenciasse nos grandes eventos, plebiscitos, na contribuição a obra nacionalista, buscando apresentar a doutrina viva e ainda viável para massa de integralistas recalcitrantes e desalentados.

Referências Bibliográficas:

GARCIA, Nelson J.. Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política. São Paulo: Loyola, 1982.

GOULART, Silvana. Sob a Verdade Oficial. CNPQ\Marco Zero, 1990.

GOMES, Ângela de Castro Gomes. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e construção do mito Vargas. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes & PINTO, António Costa. *O Corporativismo em português*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, Corporativismo.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 1997.

MACIEL, Laura A.. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa R. et alii (org.) *Muitas Histórias, Outras Memórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.